

**GRUPO DE PESQUISAS E ESTUDOS EM GEOGRAFIA DA INFÂNCIA –  
GRUPEGI/CNPQ**

**Jader Janer Moreira Lopes  
Universidade Federal Fluminense/  
Universidade Federal de Juiz de Fora**

As crianças nascem em paisagens pré-existent, vivenciam territórios, lugares e outras dimensões espaciais que são expressões do espaço geográfico. A Geografia da Infância busca compreender as crianças e suas infâncias, tendo como ponto de partida essas espacialidades, as configurações que dela emanam, entre as quais destacamos a paisagem, o território e o lugar, entre outros.

Com pouca tradição no Brasil, essa área de estudos e pesquisas tem tido como desafio não apenas sistematizar seus conceitos e trazer o debate geográfico para os estudos contemporâneos sobre as crianças e suas infâncias, mas também refletir sobre os desafios metodológicos que esses trabalhos nos impõem.

Podemos situar a década de 70, do século passado, como um momento em que se iniciam os acúmulos de trabalhos que envolvem as crianças e suas espacialidades. Produções desenvolvidas em diferentes contextos geográficos, mas fortemente influenciadas pelos postulados sistematizados na Geografia Humanista, irão iniciar uma série de ações e registros que buscam desvelar o *ser e estar* das crianças no espaço.

Tecendo críticas aos estudos estatísticos na Geografia, à descrição racionalista do positivismo e ao reducionismo economicista do movimento marxista dentro dessa ciência, a Geografia Humanista busca compreender a percepção e representação do espaço por indivíduos, entendendo seu caráter único, singular, ao mesmo tempo em que reconhece o seu pertencimento e compartilhamento a um determinado grupo cultural.

O final da década de 80 e os anos 90 foram acompanhados por um grande crescimento nos estatutos políticos e legais que colocam as crianças como sujeitos de direitos, a Convenção sobre o Direito das Crianças e muitos outros documentos (por exemplo, o ECA no Brasil) possibilitam outros estatutos para a infância e estendem a ideia do direito da criança ao espaço e, assim, um outro foco ganha força nos estudos da Geografia da Infância, a noção de território, de espaço como direito politicamente definido. Diversos outros movimentos irão influenciar esse momento: o surgimento de revistas e periódicos específicos envolvendo as crianças e a Geografia, múltiplos programas de investigações de cunho nacionais e internacionais, financiamentos de governos e órgãos, como a UNICEF, a UNESCO, o ACNUR e outros, e, por fim, o crescimento de estudos abrangendo as crianças, como por exemplo, os trabalhos de Allan Prout, Allison James, Jens Qvortrup (1993) e no caso de nosso grupo, os postulados da Teoria Histórico-cultural de Vigotski e seus colaboradores.

Os trabalhos desenvolvidos no GRUPEGI, portanto, buscam dialogar com as pesquisas desenvolvidas no âmbito da Geografia da Infância e suas aproximações com as propostas metodológicas aí sistematizadas. Para isso faz um recorte dessa área de conhecimento, levantando não só as estratégias presentes em diferentes momentos, as bases epistemológicas que as fundamentaram, mas também as contribuições que a teoria histórico-cultural trouxe nos últimos anos.

As crianças, as infâncias e geografias são as temáticas pertinentes que nos acompanham.

## TERRIOTIALIDADES INFANTIS: A GEOGRAFIA ESCOLAR COM AS CRIANÇAS DE SEIS ANOS DE IDADE

**Bruno Muniz Figueiredo COSTA**

Na última década, a educação básica brasileira passou por um importante processo, cujas mudanças produzidas ainda precisam ser rigorosamente investigadas. A expansão do ensino fundamental para nove anos de duração, com o ingresso obrigatório das crianças aos seis anos de idade neste segmento de ensino, reorienta todo o debate educacional nas escolas públicas e privadas brasileiras.

O presente texto tem como objetivo compartilhar algumas reflexões preliminares de nossa pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida junto ao programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Universidade de São Paulo, desde o ano de 2012, com previsão de conclusão para 2016 e sob orientação da professora dra. Nídia Nacib Pontuschka. Além disso, é também produto de debates que temos estabelecido com alguns pares, especialmente no Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância/Universidade Federal Fluminense.

A referida pesquisa tem como objetivo principal *compreender a constituição da Geografia no primeiro ano do Ensino Fundamental*. Para tanto, temos desenvolvido uma investigação de ordem qualitativa no município de Juiz de Fora, com duas turmas de crianças de primeiro ano do ensino fundamental em duas escolas públicas sediadas neste município, colocando em diálogo o currículo prescrito, através da análise dos documentos oficiais, e o currículo praticado, através da realização da etnografia em sala de aula e de entrevistas semiestruturadas com crianças e professores.

Assumindo o conceito de territórios de infância, temos pensado a infância como um campo de disputas de concepções que expressam territorialmente no espaço geográfico as relações sociais que envolvem as crianças e suas infâncias.

Dentre as várias implicações que se desdobram de uma política como esta (organização do espaço-tempo escolar, adequação de estrutura das escolas, formação de professores, verbas, recursos didáticos, gestão, sistemas de avaliação, entre outras), é necessário realizar um recorte pela amplitude da temática. Dessa forma, entendemos que a Lei 11274/2006 não se restringe em ser apenas um dispositivo legal, mas busca se tornar um (re)definidor do currículo oficialmente prescrito para o trabalho nas escolas. Assim, é de fundamental importância que possamos compreender como este currículo é praticado no cotidiano da escola pelos sujeitos da pesquisa: professores e crianças. E de modo especial, nos interessa a Geografia, cujo momento inaugural neste segmento de ensino passa a ocorrer com as crianças de seis anos de idade.

Alguns indícios nos mostram que o cotidiano da escola redefine o currículo prescrito que passa a ser praticado por tais sujeitos, portadores de geografias próprias, advindas de suas vivências em diferentes espaços. O currículo praticado traz as marcas desses sujeitos, de suas vivências e, portanto, trazem suas Geografias.

**Palavras-chave:** Geografia Escolar; territórios de infância; ensino fundamental de nove anos.

# "A CIDADE ME DESPERTA UM SENTIMENTO DE CURIOSIDADE": UM ESTUDO SOBRE A MOBILIDADE E A INTERAÇÃO SOCIAL NA INFÂNCIA

Eliete do Carmo Garcia Verbena e Faria

O presente estudo aborda a criança como ator social que integra a infância compreendida como categoria geracional, ancorada nos estudos da Sociologia da Infância. Em interação social, a criança estabelece relações verticais, adulto-criança, e horizontais, entre pares, fundamentais para a sua constituição enquanto sujeito. Sua mobilidade, forma de inserção no espaço/lugar social, é o foco da pesquisa que teve como objetivos: compreender o ir e vir para além dos deslocamentos escola-casa-escola, como expressão da capacidade de agir das crianças nos espaços sociais de convivência, a partir da análise das suas experiências cotidianas; refletir acerca do papel da interação social na mobilidade das crianças; e identificar o sentimento das crianças sobre a cidade e seu ir e vir. Trata-se de um estudo de cunho etnográfico, na perspectiva da pesquisa com criança, realizado com 20 sujeitos de uma escola pública estadual no município de Juiz de Fora - MG, com idades compreendidas entre dez e treze anos.

Para sua realização, foram adotados os seguintes procedimentos: observações em campo; aplicação de questionário; produção de desenho e de texto sobre a cidade pelas crianças; e registros fotográficos. A análise deu-se pela triangulação metodológica dos dados, considerando o contexto do campo pesquisado.

Os dados revelaram que, para a maioria das crianças, os deslocamentos casa-escola-casa acontecem em companhia dos colegas. Percebe-se que as vivências compartilhadas pelas crianças, em interações com os pares, contribuem para gerar o sentimento de competência para o ir e vir. Embora uma pequena parcela desses sujeitos sinta-se em condições de se deslocar pela cidade de forma independente, por circunstâncias diversas, a maioria é levada a enfrentar os desafios que a cidade apresenta. Na visão das crianças, estes são identificados como perigos relativos à violência (assaltos, drogas etc.) e ao trânsito, o que, no entanto, não as impedem de estarem nas ruas. Referem-se também ao seu desconhecimento sobre a cidade, uma vez que os deslocamentos são focados nas necessidades cotidianas, gerando insegurança e medo. No que se refere às interações intergeracionais, negociações são estabelecidas e permissões/proibições são atribuídas conforme as condições geográficas do local a ser frequentado, a necessidade de proteção pelos pais/responsáveis e a peculiaridade da organização familiar, que interferem no processo de mobilidade das crianças. O cerceamento do ir e vir, condicionado a espaços e tempos em meio às recomendações, quando a permissão é concedida, conflita-se com as intenções/ações transgressoras das crianças que efetivamente administram o seu ir e vir pelas ruas. As crianças encontram-se em locais considerados por elas e seus pais/responsáveis como adequados e seguros, para brincar e conversar e dividem experiências de relativa independência no ir e vir, que fazem parte da realidade vivida. A cidade desperta diferentes sentimentos nas crianças que incluem a sensação de pertencimento, de identidade, explicitando um olhar peculiar que evidencia a criança agente. Observadas as peculiaridades da infância e a condição de ser criança dos sujeitos pesquisados, a busca de autogerência do seu ir e vir é influenciada/modificada pela realidade do meio social.

**Palavras-chave:** Criança e Infância, Mobilidade, Interação social.

## MAPA DE AREAL: CARTOGRAFIA COM CRIANÇAS

Reinaldo José de Lima

O diálogo com as formas de representação cartográfica de crianças no contexto de um centro urbano de uma cidade no interior do estado do Rio de Janeiro é o objeto central de análise dessa pesquisa de mestrado acadêmico em educação, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense – RJ, no campo Linguagem, Subjetividade e Cultura.

A partir do fio condutor da memória, a pesquisa procurou, através de narrativas orais de moradores e suas lembranças de infância, compreender como as relações espaciais se configuram e estão presentes no cotidiano dos sujeitos, para a partir delas, dialogar com as formas de representação cartográfica das crianças que vivem nessa localidade do interior fluminense.

As falas dos adultos trouxeram uma cartografia viva do espaço, entrecruzando espaços e tempos, encontramos infâncias que puderam construir uma memória narrativa do local. A pesquisa, num primeiro momento, se constituiu desse resgate oral, para daí chegar às crianças que hoje habitam o lugar.

Nesse momento, o projeto entrou em diálogo com a geografia da infância através do Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância – GRUPEGI (cnpq/UFF), cujas reflexões centrais situam-se em compreender as crianças e suas infâncias, tendo como viés o espaço geográfico. Ao se configurar como aporte teórico não somente os debates produzidos no campo da ciência geográfica, mas também o diálogo contínuo com os postulados da teoria histórico-cultural, buscou-se contribuir para o debate acadêmico referindo-se aos liames existentes entre desenvolvimento humano e espaço geográfico, ou seja, se a criança é um sujeito histórico-cultural, como vem sendo alardeado nos discursos contemporâneos, parte-se do pressuposto que ela também é um sujeito geográfico e que as vivências espaciais são unidades formadoras de subjetividades pessoais, do ser e estar no mundo.

Tais constatações e vivências possibilitaram a criação coletiva de uma metodologia chamada de “Mapas Vivenciais” – a partir do conceito de “vivência” (*perejivanie* em russo) – reconhecido como a unidade entre o meio e pessoas.

Partimos do pressuposto que é espaço geográfico ofertado às crianças pelas gerações históricas que a precederam e a partir deles ocorre uma interpretação, uma criação, naquilo que a Teoria Histórico-Cultural reconhece como reelaboração criativa. É, exatamente esse evento, o foco de trabalho dos Mapas Vivenciais.

Sendo uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, através das vozes e representações infantis e, sobretudo com o olhar da infância para as suas referências espaciais, a pesquisa possibilitou interpretar a linguagem espacial infantil a partir da diferença entre o olhar da criança e do adulto sobre as representações cartográficas e das vivências socioespaciais dos espaços em que vivem e, neste estudo específico, com crianças do quinto ano do ensino fundamental da rede municipal pública da cidade do município Areal (RJ), onde a pesquisa foi desenvolvida. Foi possível com isso construir um mapa do centro da cidade, onde aparecem, além das referências espaciais dos adultos, as referências espaciais das crianças.

**Palavras-chave: cartografia com crianças; teoria histórico-cultural; mapas vivenciais.**